

---

## O CAMPESINATO COMO PONTA DE LANÇA TERRITORIAL DO ESTADO: O CASO DA MALÁSIA

RODOLPHE DE KONINCK

*Geógrafo*

*Departamento de Geografia*

*Universidade Laval*

*Québec, Canadá, G 1K 7P4*

*Tradução: MARIA LUÍZA BELLONI*

### RESUMO

As tentativas de controle de um campesinato colonizador das margens agrícolas estão estreitamente ligadas à história do poder do Estado no sudoeste da Ásia. O caso da Malásia, onde poderosas agências de colonização foram estabelecidas desde a independência, em 1957, é um exemplo. Ao consolidar sua influência territorial, gerando a extensão e a intensificação do domínio agrícola, o Estado confia ao setor da pequena produção uma parcela maior de responsabilidade de produção das principais culturas comerciais, vulneráveis no mercado mundial.

*Palavras-chave:*

Sudoeste da Ásia — Malásia — Estado — fronteira agrícola — campesinato — territorialidade.

## LA PAYSANNERIE COMME FER DE LANCE TERRITORIAL DE L'ÉTAT: LE CAS DE LA MALAYSIA

### RÉSUMÉ

Les tentatives de contrôle d'une paysannerie colonisatrice des marges agricoles sont étroitement liées à l'histoire du pouvoir d'État en Asie du Sud-Est. Le cas de la Malaisie, où de puissantes agences de colonisation ont été établies depuis l'indépendance en 1957, est exemplaire à cet égard. Tout en consolidant son emprise territoriale en gérant l'extension et l'intensification du domaine agricole, l'État confie au secteur de la petite production parcellaire une plus grande part de la responsabilité de production des principales cultures commerciales, vulnérables sur le marché mondial.

*Mots-clés:*

Asie du Sud-Est — Malaisie — État — Frontière agricole — Paysannerie — Territorialité.

## THE PEASANTRY AS THE TERRITORIAL INSTRUMENT OF THE STATE: THE CASE OF MALAYSIA

### ABSTRACT

The attempts at controlling a pioneering peasantry have been closely linked to the history of State power in Southeast Asia. The case of Malaysia, where large state agencies have been established since the 1957 Independence

in order to administer the frontier, is particularly eloquent in this respect. While consolidating its territorial hold, through monitoring the extension and the intensification of the agricultural sector, the State is gradually transferring to the smallholder sector the responsibility of producing a larger proportion of the major cash crops, vulnerable on the world market.

*Key words:*

Southeast Asia — Malaysia — Agricultural frontier — Peasantry — Territoriality.

---

## 1. OS FUNDAMENTOS HISTÓRICOS (1)

No sudoeste da Ásia, a intervenção do Estado na gestão espacial da agricultura repousa em uma tradição muito antiga e rica de ensinamentos. Basta pensar nos grandes impérios da península indo-chinesa, notadamente o dos khmers no século XII, cuja própria dinâmica se baseava na extensão e no controle das redes de irrigação que possibilitavam a rizicultura camponesa. Em que pese a complexidade da organização social própria do que foi qualificado como o modo de produção asiático (Sedou, 1968), aceita-se em geral hoje em dia a tese segundo a qual o desenvolvimento ou o recuo da própria articulação entre controle social e gestão espacial da agricultura teria assegurado os êxitos e os declínios de tais impérios (Sahai, 1970; Gourou, 1944; Groslier, 1979).

A fixação dos pequenos camponeses preparando a terra de parcelas rizícolas — das quais Bray assinalou recentemente o quanto elas se prestam mal à consolidação (1983, p.12) — constituiu também um objetivo central dos administradores coloniais em vários países da região durante os séculos XIX e XX. Uma característica essencial da maioria dos campesinatos do Sudoeste asiático, ainda aparente em nossos dias e contradizendo o suposto atavismo do “camponês asiático”, principalmente na Malásia e na Indonésia (Coutllard, 1982), sempre foi uma propensão à mobilidade espacial (Peltzer, 1945; Spencer, 1966). Em se tratando de agricultura, os estados coloniais visaram seja à reabilitação ou à consolidação de antigos perímetros irrigados ou mesmo a organização de novos conjuntos; seja a integração de frentes pioneiras que tinham sido espontaneamente abertas por camponeses.

Mesmo na Alta Birmânia pré-colonial, políticas fiscais haviam sido estabelecidas a fim de favorecer o cultivo das áreas periféricas por pequenos camponeses (Scott, 1888, p. 136). Na mesma época, isto é, ao fim do século XIX, os britânicos, que tinham estabelecido o controle sobre a Baixa Birmânia, acha-

---

(1) Os poucos parágrafos que compõem esta primeira parte são tirados de uma comunicação intitulada *Les Politiques Spatiales des Etats à l'endroit des paysanneires en Asie du Sud-Est*, que apresentei em 11 de novembro de 1984 num colóquio intitulado *Estrutura do emprego e dinâmica espacial da força de trabalho*, realizado na Universidade Federal da Bahia (Salvador), sob a responsabilidade do Centro de Recursos Humanos (CDRH) da UFBA e do CREDAL/CNRS da França.

vam-se confrontados a uma sociedade onde não existia a propriedade jurídica permanente da terra (Furnivall, 1920, p. 4 e seg.). Esta situação parecia inadmissível para os administradores coloniais que buscavam então desenvolver uma agricultura mercantil e exportadora. Em algumas décadas, seu duplo objetivo tinha sido alcançado: primeiro, fixar o campesinato, estabelecendo novas regras de propriedade e criando uma classe de pequenos proprietários agrícolas, para em seguida obter um excedente rizícola exportável (Furnivall, 1948, p. 114 e seg.).

Nas Filipinas, entre 1918 e 1935, o Estado encorajou o desbravamento, por pequenos camponeses, de vastos perímetros agrícolas na ilha de Mindanao (Peltzer, 1945, pp. 90 e 134). Três objetivos eram perseguidos e todos foram alcançados: a integração, pela colonização agrícola, de um território centrifugo insuficientemente controlado pelo Estado central filipino; a fixação de um campesinato parcelar que podia desempenhar o papel de proletariado fundiário; a redução dos custos do desbravamento e da colonização para os grandes proprietários (*land grabbers*) que conseguiram enganar, ou expulsar pela força, os pequenos camponeses (*ibid.*).

Na Indonésia, a colonização de tipo *transmigrasi*, aplicada pelos administradores coloniais a partir de 1905, inspirava-se em uma lógica comparável (Boeke, 1946, p. 155 e seg.). Tratava-se, em primeiro lugar, de descongestionar a ilha de Java, densamente povoada, e de aí aplacar o problema da pobreza rural. Em segundo lugar, a busca de uma maior integração das ilhas periféricas, as *Outer Islands* precisamente, a um território nacional, centrado e gerido a partir da ilha de Java, podia apoiar-se em parte na colonização pelos pequenos camponeses javaneses. Em terceiro lugar, estes deslocamentos de população javanesa iriam permitir prover de mão-de-obra as grandes plantações de Sumatra. Este foi o caso notadamente da *cultuurgebied*, também chamada *Deli*, este cinturão de plantações rodeando Medan na costa leste da grande ilha. Entre o início do século e 1930, o número de trabalhadores de plantações passou de 55.000 a 336.000 (Stoler, 1985, pp. 31 e 43). Este crescimento deveu-se essencialmente à imigração de *coolies* javaneses, preferidos aos *coolies* chineses. Como bem mostrou Stoler em seu notável estudo, uma característica essencial desta população de trabalhadores javaneses, característica eventualmente favorecida pela “plantocracia” européia, era sua fixação por parcelas de subsistências. Apesar de todas as confrontações que isto pôde acarretar entre os fazendeiros e “seu” proletariado fundiário, tal situação apresentava dupla vantagem do ponto de vista dos interesses dos primeiros. A população de trabalhadores estava melhor fixada em sua propriedade parcelar, sua subsistência e sua reprodução sendo igualmente menos custosas para os proprietários do capital. Embora tenha considerado evoluído em suas modalidades durante as últimas décadas, a política atual do Estado indonésio em matéria de transmigração permite buscar objetivos equivalentes àqueles que eram visados pela administração colonial holandesa. A colonização agrícola dirigida permite desafogar demograficamente a ilha de Java e integrar novas regiões, consolidando assim o território nacional e ao mesmo tempo articulando melhor os diversos setores da produção agrícola.

É contudo na Malásia e mais particularmente na península malaia — isto é,

a Malásia propriamente dita — que, sem dúvida, a intervenção estatal na agricultura mais se desenvolveu. Aqui os componentes espaciais das políticas agrícolas foram e permanecem muito explícitos, notadamente na gestão da fronteira agrícola.

## 2. O CASO DA MALÁSIA (2)

### 2.1. Os antecedentes do Estado moderno

Sabe-se o quanto na época pré-colonial as elites malaias tentaram fixar os campesinatos que praticavam a agricultura itinerante. Este foi o caso notadamente na planície do Kedah, situada a nordeste da península malaia, quando os diversos sultões que se sucederam no poder de 1664 a 1816 fizeram realizar grandes obras de drenagem (Zaharah, 1966, p. 47 e seg.). Esta colonização agrícola visava sedentarizar um campesinato, graças, primeiro, ao trabalho obrigatório de construção dos canais e, em seguida, às excelentes vias de comunicação e margens de fixação que asseguravam estes mesmos canais (Hill, 1977, pp. 58-59). Porém, durante todo o século XIX, a fronteira agrícola no nordeste iria permanecer marcada pela instabilidade (Shanon, 1969, p. 5 e seg. e Cameron, 1865, p. 331) de uma colonização pioneira, realizada primeiramente por famílias camponesas (Afifuddin, 1978, p. 45 e seg.) e depois mais ou menos controlada pelas elites locais.

Desde o início do século XX, sob a administração colonial britânica, a fixação, a imposição de tutela ao campesinato malaio vão progredir mais rapidamente. Do mesmo modo que sob os sultanatos, as medidas tomadas vão depender de uma política ao mesmo tempo territorial, social e econômica, na qual se tratará de controlar e gerir um território e uma população, de suscitar e controlar um excedente agrícola. Sob os britânicos, no entanto, estes objetivos vão se inserir em um esquema muito mais amplo, onde se buscará uma verdadeira divisão étnica e espacial do trabalho: os malaios nos arrozais, os trabalhadores “importados”, chineses e indianos, nas plantações. Com esta finalidade, os administradores coloniais vão estabelecer uma legislação visando confinar os malaios no interior de vastos perímetros designados como reservas nas quais, em princípio, os membros das outras etnias não terão o direito de adquirir terras. O *Malay Reservations Enactment* de 1913 tinha precisamente como objetivo, segundo os próprios termos de um administrador colonial, promover a existência de um pequeno campesinato parcelar, a *Malay yeoman peasantry* (citado por Lim, 1977, p. 111). Esta legislação, de protetora que era no início

---

(2) O termo Malásia designa aqui a Federação da Malásia, formada em 1963, incluindo então Cingapura que se separou em 1965. A Malásia compreende dois grandes conjuntos: de um lado a península malaia, isto é, a antiga *Malaia* Colonial, a Malásia propriamente dita, agrupando onze estados; e de outro lado cerca de 700 km a leste, na parte setentrional da ilha de Bornéu, os Estados de Sarawak e Sabah. A península cobre 131.587 km<sup>2</sup> e, no início de 1986, conta com cerca de 13 milhões de habitantes, enquanto Sarawak (com 124.449 km<sup>2</sup> e mais de 1,5 milhão de habitantes) e Sabah (com 74.398 km<sup>2</sup> e mais de 1,2 milhão de habitantes) cobrem cerca de 200.000 km<sup>2</sup> mas reúnem menos de três milhões de habitantes.

(Kratoska, 1983, pp. 149-150), iria entretanto tornar-se senão repressiva, pelo menos restritiva: em 1917, foram acrescentados o *Rice Lands Enactment* que dava aos administradores coloniais o poder de obrigar os camponeses malaios a trabalharem em culturas de subsistência, isto é, essencialmente, na rizicultura — o objetivo era limitar a dependência alimentar dos Estados “federados” da península (Perak, Selangor, Negeri, Sembilan e Pahang) — e os *Straits Settlements* dirigidos aos Estados vizinhos, principalmente a Birmânia e o Siam (Lim, 1977, p. 120 e seg.). Com isto buscava-se igualmente desencorajar as iniciativas pioneiras dos camponeses. Em consequência — mesmo se o confinamento dos malaios na rizicultura esteve longe de ser atingido, pois um bom número de pequenos camponeses lançaram-se na cultura ilegal da seringueira; e mesmo que, em consequência, a colonização pioneira e individual das zonas florestais do interior da península tenha continuado — o desenvolvimento da fronteira agrícola foi consideravelmente desacelerado.

Desta forma os administradores coloniais tinham contribuído, de algum modo, para constituir uma reserva de campesinato parcelar necessitando colonização de um lado, e uma fronteira agrícola a reativar, de outro lado. Isto estava, aliás, explícito no discurso colonial (Kratoska, 1982, p. 302 e seg.). No momento da passagem dos poderes, com a independência de 1957, a elite malaia dispunha de um campesinato a modelar, de um projeto territorial latente para aí chegar e de um discurso já preparado para justificá-lo (Rudner, 1971, p. 190).

## 2.2. Os problemas do Estado independente

Na verdade, por trás do discurso paternalista dirigido ao campesinato malaio, a nova administração vai efetivamente voltar-se para a fronteira agrícola no quadro da busca de soluções para os problemas políticos, sociais e econômicos, muito agudos, que ela herdou.

Em primeiro plano, situam-se os problemas de controle do território nacional: este, notadamente na península, está longe de estar assegurado de maneira uniforme e total. Isto se deve em parte à presença de rebeldes comunistas que, tendo-se oposto à volta dos britânicos após 1945, opõem-se doravante ao novo governo implantado em 1957(3); está também ligado ao problema da integração dos diversos grupos aborígenes que vivem geralmente no interior montanhoso e florestal da península, afastados das planícies e terras baixas da periferia. Num segundo plano, o novo Estado deve enfrentar os problemas ligados à pobreza rural, dos pequenos camponeses, principalmente rizicultores, e sobretudo majoritariamente de etnia malaia. Ora, é junto a este campesinato malaio que a classe dirigente baseia e pensa continuar baseando sua legitimidade, no interior de uma nação tensa, senão dividida pelas diferenças étnicas. Num terceiro plano, enfim, estreitamente ligado ao segundo, situa-se o problema da baixíssima produtividade do setor camponês, tanto para as culturas co-

---

(3) Esta oposição, hoje marginal em termos políticos e territoriais, foi combatida militarmente e com bastante sucesso no quadro que foi chamado de *Emergency* (1948-1986). Cf. Short, 1977.

merciais quanto para a do arroz, o País tendo por isso que enfrentar um sério déficit rizícola.

As tentativas de resolução destes problemas passarão, pois, pela elaboração progressiva, mais rápida e eficaz, de políticas agrícolas baseadas em verdadeiras estratégias espaciais (De Koninck, 1981 a). A agricultura vai consolidar-se, diversificar-se e se estender.

### 2.3. As políticas agrícolas modernas

Os novos administradores do Estado vão voltar-se para o conjunto da agricultura parcelar, inclusive a que é praticada por pequenos seringueiros chineses. A luta pela produtividade agrícola e contra a pobreza rural vai apoiar-se em investimentos maciços, particularmente a nível da infra-estrutura. Ela vai iniciar com os primeiros planos quinquenais da Federação da Malásia (1956-1960 e 1961-1965) e se acentuar com o primeiro plano da Malásia (1966-1970). Depois, durante os três planos que se seguiram, a *New Economic Policy* foi estabelecida. Esta NEP visa à redução da desigualdade sócio-econômica da etnia malaia com relação à minoria chinesa(4), e se concentra primeiro na área da agricultura, lá onde os malaios são a grande maioria. Tanto em números absolutos, ao mesmo tempo em que o orçamento do Estado cresce de modo fenomenal, quanto em termos relativos, a agricultura e, em particular, a colonização vão beneficiar-se de alocações totalmente excepcionais (Quadro 1). Durante os anos setenta, os recursos efetivamente consagrados à colonização, ao *land development*, vão representar mais da metade do orçamento total da agricultura, que contava então com mais de 20% do orçamento do Estado federal. Neste mesmo período, a Malásia gastará mais com a colonização do que com a defesa nacional de um lado, e com educação de outro (De Koninck, 1981a, p. 113); dificilmente se pode encontrar melhor ilustração da importância geopolítica da colonização agrícola!

Pois trata-se justamente disso. Aumentando suas intervenções junto aos agricultores, o Estado central bem como seus agentes a nível da administração regional e estadual — tal como em Pahang ou em Kedah — vão aumentar o controle do próprio território. Esta expansão vai basear-se em dois tipos de programas. Os primeiros visarão à consolidação ou à melhoria dos grandes perímetros irrigados, que se situam nas terras baixas da periferia do território e dos quais o mais importante é, de longe, o *Muda Irrigation Scheme* em Kedah, cobrindo perto de 100.000 hectares e envolvendo cerca de 60.000 famílias de rizicultores (De Koninck, 1981b e 1986). Porém o tipo de programa mais elabora-

---

(4) Segundo o recenseamento de 1980 (Department of Statistics, 1983, p. 18), na península os malaios representam 55,3% da população, os chineses 33,8% e os indianos 10,2%. Em Sarawak, as proporções correspondentes são de 69,3%, 29,5% e 0,2%; em Sabah, de 82,9%, 16,2% e 0,6%. Entretanto, deve-se precisar que nestes dois casos a categoria de recenseamento não designa “Malaio”, mas, respectivamente, *Bumiputera* (“filhos da terra”, autóctones) e *Pribumi* (autóctones); isto permite associar estatisticamente e, espera-se, politicamente os verdadeiros autóctones de Bornéu aos malaios da península e à sua causa. Sem este artifício os “malaios” estariam em minoria nos Estados de Bornéu. Assim, sabe-se que em Sarawak os *iban* significam 30,3% da população e os malaios propriamente ditos 19,7%. (Idem.).

QUADRO 1 — *IMPORTÂNCIA RELATIVA DOS ORÇAMENTOS AGRÍCOLAS E DOS ORÇAMENTOS ALOCADOS À COLONIZAÇÃO NA MALÁSIA, 1966-1985.*

Planos Quinquênais	Orçamento do Governo Federal (em milhões de \$ <i>ringgit</i> malaios) <sup>a</sup>					
	1. Orçamento Total	2. Orçamento Agrícola		3. Orçamento da Colonização <sup>b</sup>		
		milhões de \$	% de 1	milhões de \$	% 1	% 2
First Malaysia Plan 1966-1970(1)	4.242,2	1.141,1	26,3	363,6	8,6	31,8
Second Malaysia Plan 1971-1975(2)	10.255,5	2.369,0	21,7	1.252,7	11,6	52,9
Third Malaysia Plan 1976-1980(3)	31.147,0	6.464,3	20,7	3.432,5	11,0	53,1
Fourth Malaysia Plan 1981-1985(4)	48.859,0	7.986,0	16,3	3.543,0	7,3	44,4

FONTES: 1. Government of Malaysia, 1971, p. 68 e seg.  
 2. Government of Malaysia, 1976, p. 240 e seg.  
 3. Government of Malaysia, 1981, p. 242 e seg.  
 4. Government of Malaysia, 1984, p. 208 e seg.

NOTAS: a) Durante o período considerado, o valor do \$ *ringgit* malaio evoluiu entre 0,33 e 0,45 dólar americano.

b) Por colonização entende-se, aqui, o que é designado na Malásia pelo termo *land development*, isto é, em primeiro lugar e sobretudo a abertura propriamente dita de frentes pioneiras, mas também a consolidação ou a reabilitação de plantações camponesas em situação precária.

do, o que caracteriza realmente a *land policy*, a política espacial do Estado malaio, é o de organização das frentes pioneiras.

### 3. A COLONIZAÇÃO INTERIOR NA MALÁSIA

#### 3.1. A agência Felda

Em 1956-1957, foi implantada a *Federal Land Development Authority* — FELDA. Esta agência tinha por missão reativar esta fronteira agrícola, sobre a qual foi referido acima que ela tinha sido desativada pelos administradores coloniais, notadamente por razões de segurança. Porém, enquanto que durante o período da *Emergency* (1948-1960) havia-se começado a confinar os povoa-

mentos agrícolas nas terras baixas melhor controláveis da periferia da península, após 1957, os administradores do Estado independente vão tentar a conquista do interior, por meio da colonização.

Durante seus primeiros anos de atividade, isto é, de 1957 a 1961, a agência Felda apenas apoiava financeiramente os novos programas de colonização dos diversos Estados da península (Blair e Noor, 1981, p. 4). Aliás, tais programas visaram então somente pôr um pouco de ordem nas práticas de desbravamento e de colonização mais ou menos espontâneas que, sem nunca terem cessado,

QUADRO 2 — O DESENVOLVIMENTO PELO ESTADO DAS TERRAS CAMPO-  
NESAS DE CULTURAS COMERCIAIS, NA MALÁISIA.

PROGRAMAS	PLANOS QÜINQÜENAIIS				
	1961 - 1965 <sup>(1)</sup>	1966 - 1970 <sup>(1)</sup>	1971 - 1975 <sup>(2)</sup>	1976 - 1980 <sup>(3)</sup>	1981 - 1985 <sup>(4)</sup>
			(em hectares)		
Programas das Agências Federais					
Felda	46.060	69.110	155.600	218.105	161.581
Felcra	47.720	19.995	22.492	28.218	41.142
Risda	—	—	18.243	13.220	9.770
<i>TOTAL</i>	<i>93.780</i>	<i>79.105</i>	<i>196.335</i>	<i>259.543</i>	<i>232.493</i>
Programas dos Estados da Península	63.320	33.590	58.342	97.320	143.872
Programas dos Estados de Sabah e Sarawak	1.545	40.926	77.875	56.606	73.279
<i>TOTAL</i>	<i>64.865</i>	<i>74.516</i>	<i>136.217</i>	<i>153.926</i>	<i>217.151</i>
Programas do Estado e Setor Privado ( <i>Joint Ventures</i> )	?	?	52.951	67.096	100.000
<i>TOTAL GERAL</i>	<i>158.645</i>	<i>153.621</i>	<i>385.503</i>	<i>480.565</i>	<i>549.644</i>

FONTES: (1) Government of Malaysia, 1971, pp. 125-126.

(2) Government of Malaysia, 1976, p. 302.

(3) Government of Malaysia, 1981, p. 270.

(4) Government of Malaysia, 1984, p. 232 (estimativas).

NOTA: Nos três primeiros planos, o sistema inglês de medidas prevalecia; os dados em hectares foram, pois, calculados pela relação: 2,59 acres = 1 hectare.

reapareciam com mais força. Depois, progressivamente, a agência ia ser dotada de maior autonomia e tornar-se o mestre-de-obras do desenvolvimento da fronteira agrícola, particularmente na península (Quadro 2). Superfícies consideráveis, a maior parte situadas nas zonas florestais do interior, foram colocadas a sua disposição. Estas terras destinadas à colonização são em geral propriedade dos Estados ou são adquiridas por estes e é então com as administrações locais que a agência negocia a transferência dos “poderes”. O Estado local (Pahang ou Johore ou Negeri Sembilan, etc.) permanece proprietário, mas é a agência Felda que se torna administradora e assume a responsabilidade de desenvolver a infra-estrutura ou de contribuir para o desenvolvimento desta, notadamente em termos de estradas de acesso.

Cabe geralmente à agência identificar e avaliar as áreas potenciais que devem ser abertas à colonização. Ao fazerem isto, seus representantes são chamados a colaborar com os diversos ministérios envolvidos, tanto a nível federal como dos Estados. A agência possui, todavia, escritórios regionais e emprega grande número de engenheiros, agrônomos e especialistas que asseguram ao que se tornou um poderoso aparelho de Estado um alto grau de autonomia e uma notável abrangência do território (Figura 1).

A estrutura de administração da agência Felda é ao mesmo tempo complexa e eficaz. Segundo os últimos dados oficiais, referentes ao ano de 1981 (Felda, 1983, p. 4), a agência propriamente dita emprega 7.385 pessoas, das quais 754 no escritório central em Kuala Lumpur, 1.077 nos escritórios regionais e 5.419 no próprio campo, isto é, no interior dos projetos que ela administra. Mas ela controla também oito corporações distintas que empregam 9.093 pessoas. Estas “corporações” são na realidade divisões administrativas do aparelho de gestão, responsáveis por atividades especializadas(5). Se acrescentarmos as três companhias, associadas à Felda, que operam na refinação de azeite-de-dendê e da cana-de-açúcar e empregam 854 pessoas, o total de empregados do grupo Felda ultrapassa 17.000 pessoas.

Este poderoso aparelho teve, pois, como primeira função organizar o desenvolvimento das frentes pioneiras desde a independência em 1957 e sobretudo desde o segundo plano quinquenal da Malásia (1961-1965). Desde então, Felda estabeleceu 308 perímetros cuja grande maioria (cerca de 300) situa-se na península. Ao fim de 1981, podia-se contar um total de 564.910 hectares já desbravados no interior destes perímetros acolhendo então 70.500 famílias de colonos (Quadro 3). Segundo os primeiros relatórios sobre a realização do quarto plano quinquenal da Malásia (1981-1985), pode-se estimar que, no início de 1986, a agência Felda dispõe de mais de 700.000 hectares já desbravados, mas nem todos suficientemente “desenvolvidos” para serem inteiramente aproveitados pelas quase 90.000 famílias de colonos já estabelecidas (6).

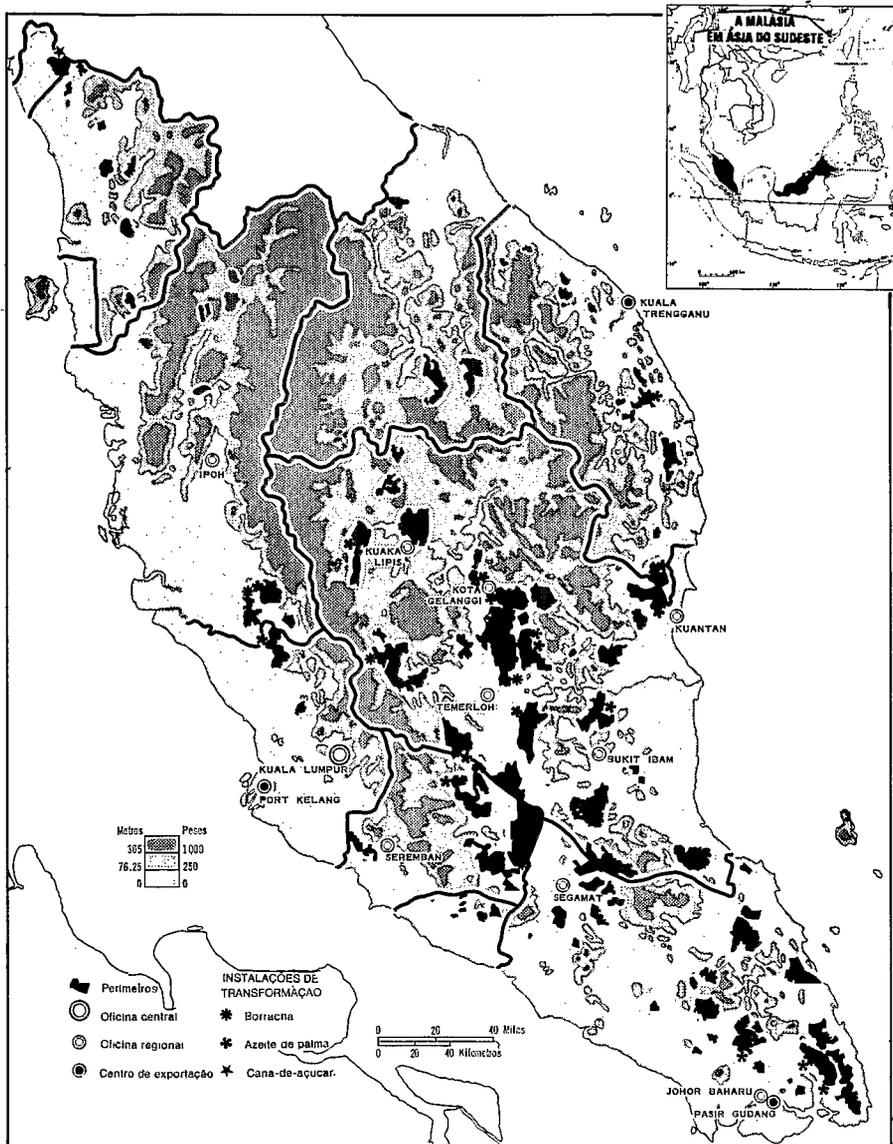
---

(5) Estas oito corporações são responsáveis por atividades designadas do seguinte modo: *Mills, Marketing, Transport, Latex Handling, Trading, Security Services, Agricultural Services, Construction* (Felda, 1983, p. 1).

(6) Os dados referentes às atividades da agência Felda estão em geral disponíveis com certo atraso e podem variar segundo apareçam nos relatórios anuais da agência ou nos planos quinquenais. Além disto, são pouco detalhados e ilustram mal os detalhes de utilização do solo no interior dos projetos.

# FRENTES PIONEIRAS DENTRO DA PENÍNSULA MALÁSIA

## Perímetros e instalações da Agência Felda em 1981



Fonte: MINISTRY OF EDUCATION, 1977  
SHAMSUL & PERERA, 1977  
FELDA, 1983

QUADRO 3 – TERRAS DESENVOLVIDAS PELA AGÊNCIA FELDA, NA MALÁISIA ATÉ 1981.

Culturas	Perímetros		Superfícies		Famílias Estabelecidas	
	n.º	%	hectares	%	n.º	%
Azeite-de-dendê	177	57,5	335.741	59,4	40.256	57,0
Borracha	117	38,0	178.322	31,6	29.685	42,1
Cacau	11	3,6	15.059	2,7	182	0,6
Cana-de-açúcar	2	0,6	5.118	0,9	440	0,3
Café	1	0,3	529	0,1	0	0
Infra-estrutura	—	—	30.141	5,3	—	—
<b>TOTAL</b>	<b>308</b>	<b>100,0</b>	<b>564.910</b>	<b>100,0</b>	<b>70.563</b>	<b>100,0</b>

FONTE: Felda, 1983, pp. 6 e 7.

NOTA: As superfícies ditas desenvolvidas ainda não estão todas ocupadas; a dimensão das parcelas familiares efetivamente trabalhadas raramente ultrapassa cinco hectares.

Pois é a própria agência que é responsável pelo “desenvolvimento” dos perímetros. Após estudos apropriados (topografia, cobertura vegetal, solos, clima, acesso, etc.), a agência adquire a autorização para desenvolver um perímetro. Este terá em média 1.500 a 2.000 hectares e deverá ser preparado e loteado para acolher 400 a 500 famílias de colonos. Pois aqui a cultura da seringueira ou do dendê é realizada com muita eficácia: nas condições atuais de rendimento, quatro a cinco hectares são considerados suficientes para uma família (Alladim, p. 5).

Para o desmatamento, o desbravamento e a implantação da infra-estrutura, a agência Felda oferece contratos às empresas privadas, através de concorrência pública. São mal conhecidas as somas assim empregadas, mas sabe-se que no total elas são consideráveis e é evidente que a *land policy* é um motor de atividade econômica altamente importante através de todo o País. Uma vez um perímetro preparado, os lotes traçados e construídas as casas dos colonos, estes podem vir estabelecer-se.

As famílias de colonos são escolhidas segundo um processo de avaliação muito rigoroso onde são tomados em consideração cinco tipos de critérios: a idade do candidato (21-50 anos), seu estado civil (casado), sua situação fundiária, sua experiência agrícola, seu estado de saúde (Shamsul e Perera, 1977, p. 56 e seg.). De modo geral, são favorecidos os candidatos jovens, casados e com filhos, não possuindo terras mas gozando de boa saúde e tendo experiência de trabalho na agricultura: ou seja, os jovens camponeses sem terra e suas famílias (7).

As casas dos colonos são agrupadas em aldeias cujo número varia segundo a dimensão dos projetos e a época de seu estabelecimento: com efeito, du-

rante os últimos anos, a política da agência evoluiu para uma maior concentração do hábitat. Enquanto que entre os perímetros mais antigos podia-se encontrar até uma dezena de aldeias, hoje a tendência é o planejamento de uma ou duas aldeias por projeto. No caso dos perímetros particularmente extensos, isto pode significar agrupamentos de 500 a 600 famílias. Além disto, como a tendência atual é de desenvolvimento de perímetros contíguos, a concentração das atividades e serviços é cada vez mais acentuada. É o caso notadamente do centro do Estado de Pahang, ao norte de Temerloh, onde cerca de vinte perímetros estão “aglomerados” (Figura 1).

Ao tomar posse de sua casa familiar, o colono assina um contrato com a agência referente ao eventual reembolso do preço da casa, do lote e da alocação mensal que ele vai receber enquanto espera que as árvores comecem a produzir. De fato, quando os colonos estão estabelecidos, eles só têm alguns meses a esperar, pois a plantação foi feita muitos meses antes de sua chegada (8). Durante estes meses, eles deverão desenvolver o jardim contíguo a sua casa e cuidar de sua parcela, segundo as instruções fornecidas pelos funcionários da Felda que doravante não cessarão de controlar os colonos. Estes podem também se empregar como trabalhadores na direção do perímetro a fim de participar dos numerosos trabalhos de desbravamento e preparação.

Se a manutenção e depois a cultura da parcela permanecem sob a responsabilidade do colono e de sua família, estes contam com os conselhos e serviços fornecidos pelos técnicos da Felda. De fato os colonos são cada vez mais operários agrícolas, com a única diferença, fundamental do ponto de vista da gestão do trabalho, de que sua renda é função do rendimento da parcela que eles estão comprando. Eles trazem sua colheita aos centros de coleta geridos pela agência no interior mesmo do perímetro dos projetos. Sua renda bruta é calculada em função do peso do látex ou dos frutos colhidos, de sua qualidade e do preço do mercado (9). Para a determinação da renda líquida, deduz-se da renda bruta: de um lado, as mensalidades da hipoteca (geralmente parceladas em 15 anos), da casa, o preço do lote, o reembolso da alocação; e, de outro lado, as despesas de estabelecimento (bens e serviços) efetuadas junto à agência. Os rendimentos agrí-

---

(7) Na realidade, ao longo dos anos, as políticas da agência evoluíram consideravelmente não somente na seleção dos colonos mas também na dimensão das superfícies alocadas, o tamanho e a natureza das casas, o estado dos lotes oferecidos, etc. De modo geral, a quase totalidade dos colonos que se apresentam sendo malaios e muçulmanos, a questão do sexo se coloca raramente: os candidatos são quase sempre do sexo masculino. Deve-se notar que isto só poderá acelerar a erosão das relativas vantagens fundiárias de que se beneficiam as mulheres na sociedade malaia tradicional.

(8) Também aqui as práticas evoluíram. De um lado, a melhoria das plantações é tal que diminuiu o número de anos necessários para que a seringueira verta seu látex (5 anos em vez de 7), ou para que o dendezeiro produza frutos prontos para a colheita (apenas 3 anos). De outro lado, busca-se estabelecer os colonos em uma data mais próxima da época de início da produção.

(9) Ainda uma vez, impõem-se nuances, pois as condições mudaram muito nos últimos anos. Nos perímetros dedicados à cultura do dendê, o trabalho da colheita, de longe o mais importante, é cada vez mais organizado em equipe. Assim, por exemplo, um grupo de vinte colonos, cujas parcelas contíguas constituem um “bloco”, trabalham em equipes. Então é o peso da colheita coletiva que é levado em conta: isto já tem acarretado sérios problemas de injustiça e insatisfação (Massard, 1984, p. 34 e seg.).

colas sendo excepcionalmente elevados nos perímetros Felda, a renda dos colonos é em geral nitidamente superior à renda dos membros das comunidades camponesas das quais eles vêm, ou àquela dos trabalhadores nas plantações privadas.

Os colonos dos projetos Felda, apesar dos problemas que vão aparecendo com o passar dos anos — e aos quais voltaremos brevemente mais adiante —, representam no interior das comunidades rurais do País uma minoria relativamente privilegiada: no total eles representam apenas cerca de 10% das famílias agrícolas do País. Entretanto, apesar do isolamento geográfico de um certo número de perímetros Felda, a *política espacial* da agência não está isolada, pois aí se articulam ou pelo menos se acrescentam as de outros agentes.

### 3.2. As agências Felcra e Risda

Os programas da *Federal Land Consolidation and Rehabilitation Authority* iniciaram em 1960 (10). Esta agência tem por missão recuperar as zonas agrícolas marginais, prestando assistência aos pequenos produtores que praticam a agricultura em condições geográficas difíceis: isolamento, infra-estrutura precária, parcelas mal desbravadas ou dispersas. Menos importante, menos rica e sobretudo menos poderosa do que a agência Felda, a agência Felcra intervém mesmo assim junto a um número de pequenos produtores quase tão elevado. Pois se o conjunto de áreas de culturas delimitadas como partes dos projetos desta agência mal ultrapassa os 160.000 hectares (Quadro 2), ou seja, menos de um quarto do “domínio” da agência Felda, os produtores controlados por Felcra em geral cultivam parcelas de cerca de dois hectares, onde a seringueira predomina ainda.

Uma terceira grande agência foi implantada no início dos anos setenta: a *Rubber Industry Smallholders Development Authority*. A agência Risda tem por missão principal incentivar os pequenos plantadores de seringueira a melhorar o estado de suas culturas. Com efeito, devido ao tamanho reduzido das parcelas que eles cultivam, estes pequenos produtores têm a tendência de conservar em produção árvores muito velhas, o que só pode baixar o rendimento médio de sua propriedade. A agência fornece-lhes então a assistência técnica e os créditos necessários para abater as árvores velhas e plantar outras novas em uma parte de sua parcela, seguindo um princípio de rotação que assegurará uma produtividade máxima. Com efeito, na península em 1983, o rendimento médio da cultura camponesa de seringueiras (monocultura ou não), que envolve mais de 400.000 famílias, é da ordem de menos de uma tonelada de látex por hectare: nas grandes plantações privadas bem como nos perímetros da agência Felda, os rendimentos médios chegam a uma tonelada e meia por hectare (Ministry of Finance, 1984, p. 114).

---

(10) A agência Felcra foi constituída somente em 1968, porém os programas e projetos que passaram para seu controle a partir desta data haviam começado em 1960.

Também em termos de área de intervenção, a agência Risa não pode competir com a agência Felda (Quadro 2). Porém o número de seus clientes atuais é tão elevado quanto o da outra agência, pois eles são todos pequenos produtores (que não dispõem muitas vezes de mais de um ou dois hectares) que “replantam” ao mesmo tempo apenas uma fração de hectare. Assim, quando as estatísticas relativas à ação desta agência mencionam 100 hectares “replantados”, é preciso esclarecer que isto implica várias centenas de produtores.

Estas três agências, Felda, Felcra e Risa, desempenharam um papel central na política de desenvolvimento e de consolidação da fronteira agrícola na Malásia e sobretudo na península. Além disto, sua ação não se limitou, e se limita cada vez menos, exclusivamente ao setor da produção agrícola. Com efeito, todas as três diversificam suas atividades principalmente com o comércio e a indústria de transformação, como já foi mencionado acima a respeito da agência Felda. Aliás, estas agências, e em particular a Felda — graças à taxa cobrada sobre os produtos cujo escoamento elas asseguram, graças aos preços que elas cobram por seus serviços — são verdadeiras potências financeiras que souberam diversificar suas atividades e haveres.

Elas podem também confiar progressivamente a responsabilidade da fronteira agrícola aos Estados locais e facilitar a participação do setor privado. De fato, durante os últimos planos quinquenais, os programas sob a dependência das administrações locais desenvolveram-se consideravelmente, a tal ponto que, durante o plano de 1981-1985, os programas pioneiros dos Estados foram quase tão ambiciosos quanto os das agências federais. Isto é verdade sobretudo na península, pois no interior dos Estados da ilha de Bornéu, Sabah e Sarawak, as agências federais nunca haviam conseguido dar, a este ponto, continuidade às iniciativas locais. Enfim, o papel das *joint ventures* entre o Estado e o setor privado cresce consideravelmente (Quadro 2).

### 3.3. Os “*integrated agricultural development projects*”

A descentralização dos poderes no desenvolvimento e na consolidação da fronteira agrícola não implica uma desaceleração das atividades. Ao contrário, com a multiplicação dos agentes federais e locais, a área social e espacial das atividades de controle estatal do mundo camponês está em plena expansão. Nada ilustra melhor esta tendência do que o desenvolvimento progressivo, durante o último plano quinquenal, dos *Integrated Agricultural Development Projects* (IADP). Por este termo são designados imensos perímetros, nos quais todas as atividades agrícolas são em princípio planejadas e constituem objeto de uma gestão integrada com vistas à “eliminação da pobreza rural”. Em vários casos, a designação IADP se aplica a áreas de intervenção estatal já “consagradas” há muito tempo. É o caso notadamente do *Muda Irrigation Scheme*, mencionado acima, que representa o mais importante e o de maior êxito, em termos macroeconômicos, dos projetos de desenvolvimento *in situ* espalhados através da península. Mas há também novos projetos integrados, em zonas outrora negligenciadas tanto pelas agências federais como pelas administrações

locais. Estes IADP, distintos dos projetos das três grandes agências federais em ação na fronteira agrícola propriamente dita, são pois essencialmente localizados nas terras baixas onde predomina a rizicultura. Sua administração está sob a responsabilidade de um aparelho de gestão que deve responder ao mesmo tempo ao governo central e ao estadual, mantendo, contudo, uma grande autonomia. Em fins de 1983, quinze dos vinte e dois projetos integrados eram considerados como estabelecidos: eles envolviam 480.100 famílias agrícolas, trabalhando 847.500 hectares. (Government of Malaysia, 1984, p. 246). A densidade agrícola destas áreas de terras baixas é, como se pode ver, nitidamente mais elevada do que as margens pioneiras do interior.

Há previsões de que ao fim dos anos 80 o domínio dos IADP estender-se-á para cerca de dois milhões de hectares cultivados por cerca de um milhão de famílias camponesas (Kassim et alii, 1983, II, Quadro 1). Se somarmos todos os espaços administrados e todas as populações agrícolas controladas pelas agências federais e locais, constataremos que em breve o essencial do setor camponês estará diretamente sob a tutela dos aparelhos de Estado (*ibid.* p. 234). O mapa da agricultura malaia torna-se cada vez mais o mapa dos territórios diretamente administrados pelo Estado que tomou o controle de todas as fronteiras agrícolas, antigas, novas ou em potencial, com conseqüências múltiplas.

#### 4. A EXPANSÃO DO SETOR AGRÍCOLA

Durante os últimos vinte anos, quando a intervenção estatal na agricultura intensificou-se, o setor agrícola malaio teve uma expansão notável em vários planos: político, econômico e espacial.

No plano político, a atenção concedida a este setor pelos representantes do principal partido (UMNO), que domina o governo de coalizão (Alliance), e pelos de seu principal oponente (PAS), não diminuiu ao longo destes vinte anos. Todos os programas políticos, todos os planos de desenvolvimento ressaltam a necessidade de lutar contra a pobreza rural que é antes de tudo a dos pequenos camponeses malaios (Gibbons, 1984). Em conseqüência, como vimos, esforços consideráveis foram realizados. Os orçamentos alocados para a agricultura, e em particular para sua expansão no espaço, foram e permanecem consideráveis.

Concretamente, isto acarretou um crescimento totalmente excepcional das superfícies agrícolas. Entre 1965 e 1985, o total das superfícies reservadas às cinco principais culturas(11) passou de 2,7 a 4,6 milhões de hectares, ou seja, um crescimento de 70% (Quadro 4). Porém isto não é tudo, pois esta expansão realizou-se em um contexto onde várias modificações ocorreram na repartição dos setores de produção. Na época da independência, a parte ocupada pela

---

(11) Os dados disponíveis sobre o conjunto do setor agrícola são demasiado confusos para que se possa estimar um número exato. Pode-se estimar que o total de superfícies *cultivadas* em todo o País não deve ultrapassar cinco milhões de hectares. Em outras palavras, as cinco principais culturas cobriram cerca de 90% deste total.

borracha nas exportações da Malásia era excepcionalmente importante, situando-se ainda em 55% do total em 1961 (OOI, 1963, p. 334); em 1983, esta parte não era mais de 11% (Ministry of Finance, 1984, p. 152). Entre estas duas datas a diversificação das atividades exportadoras realizou-se não somente na própria agricultura mas na economia como um todo. De uma economia baseada em dois produtos essenciais, a borracha e o estanho (21% em 1961), passou-se a uma economia de exportação, na qual o petróleo representa um quarto do total, os produtos manufaturados um pouco mais, a madeira cerca de 15% e a borracha e o dendê representam cada um cerca de 10%. O conjunto das outras exportações agrícolas (onde a parte do cacau não pára de crescer, ultrapassando mesmo a da copra) agora supera em valor as exportações de estanho que não significam mais que 5% do total nacional (*ibid.* p. 117 e seg. e 152). Enquanto em 1961 as exportações de origem agrícola representavam cerca de 65% do total nacional (Malásia), elas representam hoje menos de 30% (*ibid.*). Em termos de ocupação da população, a parte da agricultura evoluiu mais ou menos do mesmo modo: cerca de 75% em 1961, passou a 37% em 1983 (Government of Malaysia, 1984, p. 127).

Estes declínios nas proporções camuflam contudo a natureza e a importância das operações de diversificação e de intensificação realizadas desde o início dos anos sessenta no próprio interior desta agricultura, que permanece o principal motor da economia do País, segundo os analistas do Banco Mundial (World Bank, 1983, p. 18). *Em primeiro lugar*, o total das superfícies dedicadas à seringueira não mais se expande. *Em segundo lugar*, um formidável programa de expansão da cultura do dendê foi lançado e continua atualmente (Quadro 4). *Em terceiro lugar*, mesmo sendo objeto de um aperfeiçoamento nas técnicas de produção, a cultura do coco apresenta uma redução em termos de superfície, enquanto que a do cacau se difunde, algumas vezes em substituição ao coqueiro, ou simplesmente em culturas intercalares. *Em quarto lugar*, a rizicultura foi objeto de uma intensificação totalmente excepcional, a Malásia sendo o país onde a dupla safra se difundiu mais: enquanto em 1961 esta cultura era praticada de modo totalmente marginal (OOI, p. 225), em 1981 ela abrangia mais de 50% das superfícies, contra 11% na Indonésia (Taylor, 1981, p. 178). Em consequência, enquanto durante os anos que se seguiram à independência o País devia importar até a metade do arroz necessário ao consumo nacional, esta proporção é atualmente da ordem de 10%.

Este crescimento da produção, também muito marcante nas duas outras principais culturas, a borracha e o dendê (Quadro 5), não está ligado somente à extensão das superfícies em produção, particularmente no caso do dendê e da rizicultura pela dupla safra, mas também e sobretudo está ligado ao crescimento dos rendimentos. Isto representa uma *quinta* mudança fundamental bem ilustrada pelo caso do dendê e, sobretudo, da borracha natural, dos quais a Malásia assegurava ainda, em 1983, respectivamente 51% e 39% da produção mundial (Far East and Australasia Yearbook, 1984, p. 56). Entre 1961 e 1981, os rendimentos médios do dendê quase dobraram (Muhamad, 1982, p. 9). Entre 1951 e 1983, os rendimentos médios do látex passaram de 463 a cerca de 1.300 kg/hectare (*ibid.* p. 9 e Ministry of Finance, 1984, p. 114). E mesmo se os desempenhos das grandes plantações em termos de produção por unidade de superfí-

QUADRO 4 — EVOLUÇÃO DA SUPERFÍCIE DAS CINCO PRINCIPAIS CULTURAS NA MALÁISIA, 1965-1985 (EM HECTARES)

Culturas	1965 <sup>(1)</sup>	1977 <sup>(2)</sup>	1980 <sup>(3)</sup>	1983 <sup>(3)</sup>	1985 <sup>(3)</sup>
Seringueira	1.892.000	2.000.000	2.010.000	1.990.000	2.012.000
Azeite-de-dendê	102.000	730.000	1.070.000	1.226.000	1.400.000
Padi (arroz) <sup>a</sup>	500.000	650.000	735.000	764.000	775.000
Coco	266.000	347.000	300.000 <sup>(4)</sup>	250.000 <sup>(4)</sup>	200.000 <sup>(4)</sup>
Cacau	—	50.000	109.000	205.000	237.000
TOTAL	2.760.000	3.777.000	4.224.000	4.435.000	4.624.000

- FONTES: 1. Government of Malaysia, 1971, pp.122-123. Para o padi, trata-se de estimativa. Em 1965, a cultura do cacau era pouco importante.  
 2. Ministry of Agriculture, 1982, p. 7 e seg. Para o cacau, trata-se de estimativa.  
 3. Government of Malaysia, 1984, p. 231. Para 1985, trata-se de estimativas governamentais.  
 4. Estimativas estabelecidas a partir de dados contidos em: Ministry of Finance, 1984, p. 117.

NOTA: a) As superfícies em padi levam em conta a dupla safra anual, cuja prática acentuou-se durante os anos setenta e explica por si só o crescimento das superfícies.

cies permanecem superiores aos dos *smallholders*, a diferença está se reduzindo rapidamente, em particular no caso dos produtores controlados por Felda, Felcra e Risda. Assim, em 1983, os rendimentos médios entre os *smallholders* “não-controlados” eram de 973 kg/hectare; no interior das áreas administradas pela agência Risda, subiam para 1.440 kg; e nas grandes plantações da península chegavam a 1.544 kg/hectare (*ibid.* p. 114).

Mais importante ainda, *em sexto lugar*, é o processo de transferência da responsabilidade de produção das culturas de exportação para as mãos dos camponeses ou, se preferirmos, dos pequenos produtores parcelares. Com efeito, desde a independência, iniciou-se a retirada progressiva dos grandes capitais para fora do setor das plantações (Abdul Aziz, 1962, p. 245). Embora tenham ocorrido perturbações, notadamente com o desenvolvimento da cultura do dendê durante os anos sessenta, este processo continua; a parte do setor camponês cresce em substituição à parte das plantações. Em 1964, os *smallholders* eram responsáveis por 39% da produção nacional de látex; em 1983, por 62% (Ministry of Finance, 1975, p. 60 e 1984, p. 114). No caso do dendê, a parte dos *smallholders*, ainda totalmente negligenciável no início dos anos setenta, atingia 33% em 1983 (Ministry of Finance, 1984, p. 115). Esta produção provinha já em sua maior parte dos pequenos produtores que operavam no interior dos perímetros administrados pela agência Felda que, desde o primeiro plano quinquenal da Maláisia (1966-1970), desacelerava a abertura de novas frentes pioneiras de cultura da seringueira para se voltar decididamente para o desenvolvimento das frentes dedicadas ao dendê.

Todas essas modificações que, mesmo assegurando uma melhor repartição espacial da população, foram realizadas em termos de expansão ou de redução, de realocação ou de adaptação, de intensificação ou de crescimento articulam-se em torno de um *processo central*, o de pôr sob tutela o campesinato. Por sua vez, este processo baseia-se na dinâmica pioneira do campesinato, isto é, no exercício de seu papel de ponta-de-lança territorial do Estado (De Koninck, 1984, p. 264).

QUADRO 5 – ÍNDICES DA EVOLUÇÃO DAS TRÊS PRINCIPAIS PRODUÇÕES AGRÍCOLAS NA MALÁISIA, 1970-1985.

<i>Produções</i>	1970	1975 (1975=100)	1980	1985
Borracha	85,9	100	108,3	112,1
Azeite-de-dendê	34,3	100	205,9	309,6
Padi (arroz)	83,4	100	111,5	129,3

FONTE: Governo da Malásia, 1981, p. 264. Para 1985, trata-se de estimativas que em geral parecem ter sido confirmadas.

## 5. O ESTADO, OS CAMPONESES, O TERRITÓRIO

Como foi mencionado, foram efetivamente o Estado e seus aparelhos em vários níveis, inclusive cada vez mais com a ajuda da empresa privada (12), que se encarregaram de organizar o conjunto das alocações territoriais da agricultura. Isto se realiza em um contexto no qual tanto a função de ocupação do território, principalmente nas margens pioneiras, quanto a função de produção agrícola são cada vez mais confiadas ao setor camponês. Quanto às atividades de controle administrativo e financeiro, quanto àquelas de que dependem o provisionamento para trás e a transformação para a frente, é o Estado que as assegura ou que designa os agentes. O campesinato é verdadeiramente colocado sob tutela, social, econômica e territorialmente.

Porém como isto é possível? Esta tutela, como vimos, é o resultado de uma série de intervenções, de natureza social, demográfica, econômica e territorial, que puderam ser efetivadas no quadro da busca de um objetivo de melhoria da

(12) A transferência progressiva ou pelo menos parcial das operações de desenvolvimento da fronteira agrícola para as administrações locais e para o setor privado, por meio das *joint ventures* (Quadro 1), explica-se em parte pelo custo cada vez mais alto da colonização. Em 1976, para a agência Felda, o custo médio da instalação de uma família era de 26.000,00 \$ (Mal.), em 1980 de 37.500,00 \$ e em 1983 de 51.200,00 \$, isto é, cerca de 20.000 dólares americanos (Shamsul e Perera, 1977, p. 79 e Government of Malaysia, 1984, p. 232). Na realidade, o verdadeiro custo para a agência não está muito claro. Com efeito, se por um lado a colonização propriamente dita tem despesas substanciais, por outro lado a agência consegue receitas também substanciais da administração do produto, isto é, sua transformação e sua colocação no mercado (Figura 2). A contabilidade destas despesas e receitas não está disponível.

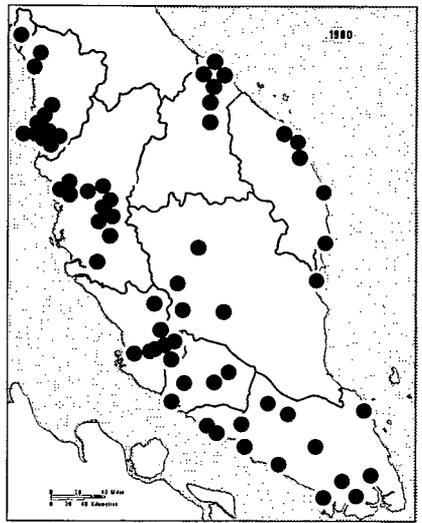
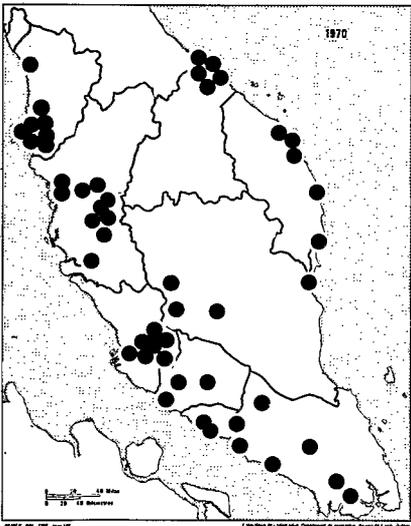
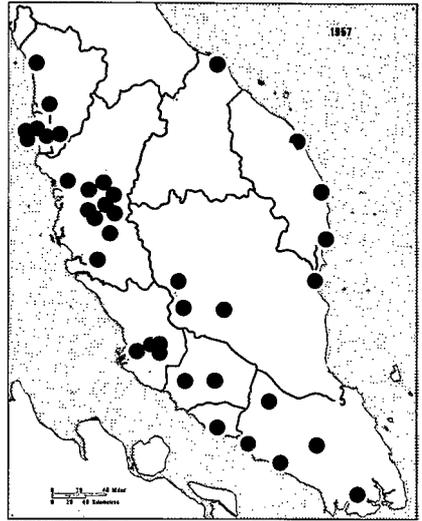
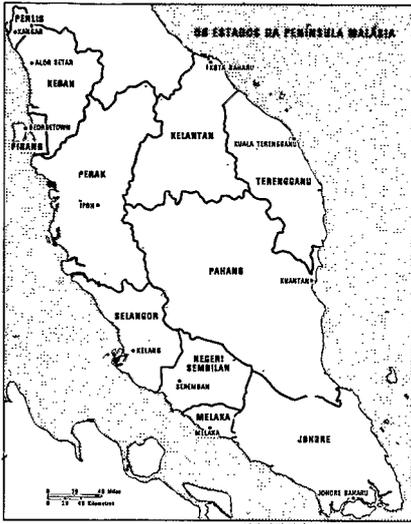
condição camponesa. Porém há mais do que isto. O que o Estado da Malásia soube fazer, talvez melhor do que qualquer outro, assegurando ao mesmo tempo a reprodução do campesinato, foi utilizar a *territorialidade* do pequeno produtor parcelar. Esta territorialidade é uma relação a um certo espaço de trabalho, um espaço no qual foi acumulado trabalho, e que faz ao mesmo tempo a força e a fraqueza do pequeno produtor parcelar. E que, e isto é verdadeiro para muitos contextos, pode ser uma vantagem e uma armadilha (De Koninck, 1984, p. 266). Na Malásia, isto significa concretamente que a alocação parcelar do trabalho, por mais controlada e mesmo arbitrária que ela possa ser<sup>(13)</sup>, permite ao Estado realizar objetivos de integração social, política e econômica que se articulam com, que até exploram, o trabalho “territorializado” dos pequenos produtores e em particular o das mulheres (De Koninck, 1981c e 1985, p. 167).

Do ponto de vista da condição camponesa, os efeitos são ambíguos (Gibbons et alii, 1980). No conjunto do País, a taxa de pobreza rural mal regrediu ao longo da última década. Em 1983, cerca de 55% da população agrícola vivia ainda no limiar da pobreza (Government of Malaysia, 1984, p. 80); no interior dos *Integrated Agricultural Development Projects*, esta população ultrapassa em média os 50% (Kassim et alii, 1983, vol. 1, p. 122). Quanto aos colonos da agência Felda, embora a maioria receba uma renda que os coloca nitidamente acima da média dos pequenos produtores agrícolas do País, eles estão em uma situação de extrema dependência. Neste ponto eles representam, com os rizicultores do projeto Muda, o último protótipo de uma categoria de produtores agrícolas, hiperespecializados, cuja sobrevivência é direta e exclusivamente dependente do Estado ... e do mercado mundial (De Koninck, 1983). Com efeito, em se tratando das culturas comerciais, tais como a borracha e o azeite-de-dendê, seus preços variam consideravelmente e tendem a baixar desde há alguns anos (Ministry of Finance, 1980, p. XIV e 1984, p. XX). A vulnerabilidade dos colonos é total e seu isolamento, notadamente geográfico, é grande. Aliás, um dos problemas essenciais no interior dos projetos da agência Felda é o êxodo dos jovens (Blair e Noor, 1981, p. 19). Se, por um lado, a colonização agrícola parece ter sido objeto de um planejamento rigoroso, seus sucessos ressaltaram, por outro lado, a ausência de um verdadeiro planejamento do emprego. Com efeito, a fronteira agrícola (Figura 1) não teve até hoje senão um impacto marginal sobre o desenvolvimento das cidades do interior ou pelo menos sobre um crescimento bem distribuído das pequenas cidades (Figura 2). Pode-se, contudo, esperar que uma atenção toda especial seja dada a esta questão no quadro do próximo plano quinquenal (1986-1990). Porque a tutela dos camponeses e de seus espaços de produção, inclusive na fronteira agrícola, não poderá ser mantida sem que se assegure igualmente sua integração aos setores urbano e manufatureiro. Então poder-se-á melhor compreender o papel da fronteira “agrícola”, em um país tal como a Malásia, e a importância das responsabilidades que pesam sobre aqueles que nela trabalham, os camponeses.

---

(13) Assim, nos perímetros administrados pela agência Felda, a propriedade real do bem fundiário está longe de ser confirmada para os colonos: a agência cede a propriedade da parcela “deles” aos colonos, uma vez que estes pagaram o empréstimo hipotecário, com a condição que eles não a vendam, não subdividam, não mudem sua utilização...

# EVOLUÇÃO DA REPARTIÇÃO DAS CIDADES DE 10,000 RESIDENTES E MAIS NA PENÍNSULA MALÁSIA DESDE 1957 A 1980



## BIBLIOGRAFIA

- ABDUL AZIZ, 1962. — *Subdivision of Estates in Malaya 1951-1960*. Kuala Lumpur, University of Malaya, Dept. of Economics, 260 pp.
- AFIFUDDIN OMAR, 1978. — *Peasants, Institutions and Development in Malaysia: the Political Economy of Development in the Muda Region*. Alor Setar, M.A.D.A. Monograph n° 36, 362 pp.
- ALLADIN HASHIM, 1981. — Development and Planned Population Distribution. *Land Development Digest*, 4(1) : pp. 4-27.
- BLAIR (J.) e NOOR (N.), 1981. — Migration and Land Development in Peninsular Malaysia. *Land Development Digest*, 3(2) : pp. 1-30.
- BOEKE (J.H.), 1946. — *The Evolution of the Netherlands Indies Economy*. New York, Institute of Pacific Relations, 180 pp.
- BRAY (F.), 1983. — Patterns of Evolution in Rice-Growing Societies. *Journal of Peasant Studies*, 11(1) : pp. 3-33.
- CAMERON (J.), 1865. — *Our Tropical Possessions in Malaya India*. Londres, reproduit en fac-similé Kuala Lumpur, Oxford University press, 1965, 408 pp.
- COUILLARD (M.A.), 1982. — A Brief Exploration into the Nature of Men and Women Relations Among Pre-colonial Malayan People. *Institute of Southeast Asian Studies*, Singapour, 22 pp. multigr.
- DE KONINCK (R.), 1981a. — Enjeux et stratégies spatiales de l'État en Malaysia. *Hérodote*, 21 : pp. 84-115.
- 1981b. — Travail, espace, pouvoir dan les rizières du Kedah, Malaysia: réflexions sur la dépossession d'un territoire. *Cahiers de géographie du Québec*, 15(66) : pp. 441-450.
- 1981c. — Riziculture et capitalisme. *Travail, Capital et Société*, 14 (1) : pp. 41-52.
- 1983. — Our Work, Our Problems, Your Solutions. Murmurings from the Muda Scheme. *Akademika*, 22 : pp. 3-19.
- 1984. — Pourquoi les payssans? Interrogations sur la territorialité de l'agriculture paysanne et notes sur les cas québécois. *Cahiers de géographie du Québec*, 28(73-74) : pp. 261-274.
- DE KONINCK (R.), 1985. — Les fondements territoriaux de la persistance de l'agriculture familiale en Chine. *L'Espace Géographique*, 14(3) : pp. 161-173.
- 1986. — Les politiques du développement agricole en Malaysia ou l'impatience de l'État tutélaire. *Archipel*, 31 (sous presse).
- DEPARTMENT OF STATISTICS, 1983. — *Population and Housing Census of Malaysia, 1980. General Report*, vol. 1, Kuala Lumpur.
- FAR EAST AND AUSTRALASIA YEARBOOK 1984-1985, 1984. — London, Europa Publishers.
- FELDA, 1983. — *Annual Report 1981*. Kuala Lumpur, 25 pp.
- FURNIVALL (J.S.), 1920. — Land as a Free Gift of Nature. *Burma Studies and Pamphlets* (Cambridge), 2 : 12 pp.
- 1948. — *Colonial Policy and Practice*. London.
- GIBBONS (D.S.), 1984. — *Paddy Poverty and Public Policy*. Penang, CPR, USM, 60 pp.
- GIBBONS (D.S.), DE KONINCK (R.) e IBRAHIM HASAN, 1980. — *Agricultural Modernization, Poverty and Inequality*. Farnborough, Saxon House, 225 pp.
- GOUROU (P.), 1944. — Les changements de civilisation et leur influence sur les paysages. *Impact, Science et Sociétés*, 14(1) : pp. 63-77.
- GOVERNMENT OF MALAYSIA, 1971. — *Second Malaysia Plan 1971-1975*. Kuala Lumpur, 266 pp.

- \_\_\_\_\_. 1976. — Third Malaysia Plan 1976-1980. Kuala Lumpur, 429 pp.
- \_\_\_\_\_. 1981. — *Fourth Malaysia Plan 1981-1985*. Kuala Lumpur, 414 pp.
- \_\_\_\_\_. 1984. — *Mid-Term Review of the Fourth Malaysia Plan, 1981-1985*. Kuala Lumpur, 424 pp.
- GROSLIER (B.P.), 1979. — La cité hydraulique angkoriennne. *Bulletin de l'École Française d'Extrême-Orient*, 46 : pp. 161-202.
- HILL (R.D.), 1977. — *Rice in Malaya. A Study in Historical Geography*. Kuala Lumpur, Oxford University Press, 234 pp.
- KASSIM (S.), GIBBONS (D.S.), LIM (T.G.) et NAJIMUDIN (M.), 1983. — *Study of Strategy, Impact and Future Development of Integrated Agricultural Development Projects*. Penang, CPR, USM, 2 vol.
- KEMENTERIAN PELAJARAN, 1977. — *Atlas Kebangsaan Malaysia*. Kuala Lumpur, 152 pp.
- KRATOSKA (P.H.), 1982 — Rice Cultivation and the Ethnic Division of Labor in British Malaya. *Studies in Society and History*, 24 (2) : pp. 280-314.
- \_\_\_\_\_. 1983. — "Ends that we cannot foresee": Malay Reservations in British Malaya. *Journal of Southeast Asian Studies*, 14 (1) : pp. 149-168.
- LIM TECK GHEE, 1977. — *Peasants and their Agricultural Economy in Colonial Malaya 1874-1941*. Kuala Lumpur, O.U.P., 291 pp.
- MASSARD (J.), 1984. — De l'économie de subsistance à l'agro-industrie: les projets FELDA en Malaisie de l'Ouest. *Archipel*, 27: pp. 31-44.
- MINISTRY OF FINANCE, 1975. — *Economic Report 1974-75*. Kuala Lumpur, 197 pp.
- \_\_\_\_\_. 1980. — *Economic Report 1979-80*. Kuala Lumpur, 263 pp.
- \_\_\_\_\_. 1984. — *Economic Report 1983-84*. Kuala Lumpur, 272 pp.
- MUHAMMAD, 1982. — Productivity in Agriculture. *Land Development Digest*, 5 (1) : pp. 1-14.
- OOI JIN BEE, 1963. — *Land, People and Economy in Malaya*. London, Longman, 426 pp.
- \_\_\_\_\_. 1976 — *Peninsular Malaysia*, London, Longman, 437 pp.
- PELTZER (K.), 1945. — *Pioneer Settlement in the Asiatic Tropics*. New York, American Geographical Society, 290 pp.
- RUDNER (M.), 1971. — Malayan Quandry: Rural Development Policy Under the First and Second Five-Year Plans. *Contributions to Asian Studies*, 1 : pp. 190-204.
- SAHAI (S.), 1970. — *Les institutions politiques et l'organisation administrative au Cambodge ancien (VIe — XIIe siècles)*. Paris, Ecole Française d'Extrême-Orient.
- SCOTT (J.G.), 1882. — *The Burman, his Life and Notions*. London, 609 pp.
- SEDOV (L.), 1968. — La société angkoriennne et le problème du mode de production asiatique. *La pensée*, 138 : pp. 71-84.
- SHAMSUL BAHRAIN et PERERA (P.), 1977. — *FELDA. 21 Years of Land Development*. Kuala Lumpur, 157 pp.
- SHARON AHMAT, 1969. — *Tradition and Change in a Malay State. A Study of the economic and Political Development of Kedah, 1879-1923*. Thèse de PhD, University of London, 362 pp.
- SHORT (A.), 1977. — *The Communist Insurrection in Malaya 1948-1960*. London, Frederick Muller.
- SPENCER (J.E.), 1966. — *Shifting Cultivation in Southeastern Asia*. Berkeley, University of California Press, 260 pp.
- STOLER (A.L.), 1985. — *Capitalism and Confrontation in Sumatra's Plantation Belt, 1870-1979*. New Haven, Yale University Press, 244 pp.

- TAYLOR (D.C.), 1981. — *The Economics of Malaysian Paddy Production and Irrigation*. New York, Agricultural Development Council, 202 pp.
- WORLD BANK, 1983. — *Country Economy Report. Malaysia Structural Change and Stabilization*. Washington, World Bank, 102 pp.
- ZAHARAH MAHMUD, 1966. — *Change in a Malay Sultanate. An Historical Geography of Kedah before 1939*. Thèse de maitrise, University of Malaya, 298 pp.